

**MERCOSUR/REMPM/ATA Nº 02/17**

**XXII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO  
MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS**



Realizou-se em Brasília, no dia 23 de agosto de 2017, a XXII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, como Estados Partes e das Delegações do Chile e Peru como Estados Associados.



O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), procedeu à abertura da reunião, dando as boas-vindas às delegações e agradecendo a presença dos Procuradores-Gerais pela sua participação.



O Procurador-Geral da República do Brasil, Rodrigo Janot, discursou que a história da nossa América Latina foi marcada pela usurpação de direitos naturais e sobretudo pelos sonhos de liberdade. O PGR abordou a sensível questão da Venezuela e a rápida atuação deste Bloco em apoio à Dra. Luisa Ortega, legítima Procuradora-Geral daquele país.

Com a destituição consumada, o grupo de chefes dos MPs do Mercosul se uniu em tom de repúdio e de irrisignação, certos de que o ato ilegal afetava de forma direta todos os habitantes daquele país, pois passaram a contar com uma instituição subjugada ao poder político ditatorial.

O PGR asseverou que expressão do rechaço do MP Brasileiro, que está em total sintonia com a diplomacia brasileira, foi acompanhada e fortalecida por declarações e apoios de vários organismos internacionais como a Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos - a AIAMP, a Comissão Inter-americana de Direitos Humanos e a Associação Internacional de Procuradores, a IAP, entidade na qual tem a honra de integrar o comitê executivo.

Para a XXII REMPM, foram escolhidos dois temas prioritários: a elaboração e possível aprovação pelos Procuradores-Gerais da recomendação, elaborada pelo Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica nas Fronteiras; e as discussões da Nota Técnica e plano estratégico para a elaboração de Equipes Conjuntas de Investigação no Mercosul.

Dr. Janot também abordou o tema das Equipes Conjuntas de Investigação, asseverando que, no cenário atual, é preciso analisar as condições e os entraves impostos para sua formação.

O PGR do Brasil ponderou que é necessário encontrar juntos os meios adequados para superar as barreiras dessas temáticas, para avançar em

nossas investigações. O presidente da mesa agradeceu a presença de todos, sendo esta sua última REMPM, como Procurador-Geral.

Ato contínuo, a Procuradora-Geral da República Argentina, Alejandra Gils Carbó, agradeceu a convocatória e manifestou sua solidariedade em favor da Região e da Procuradora-Geral da Venezuela Luisa Ortega. Manifestou-se sobre a situação vivida por muitos Procuradores perseguidos em cumprimento a seu trabalho e, no caso da Procuradora-Geral da Venezuela, chegando a agressão física e verbal.

Dra. Gils Carbó considerou que são muitos os casos em que se evidenciam a ingerência do Poder Executivo nas ações próprias dos Ministérios Públicos.

Afirmou que os mecanismos formais da cooperação internacional constituem uma barreira para a persecução da delinquência transnacional. O caminho seria, então, continuar avançando com mecanismos que permitam oferecer um enfoque regional à persecução do crime organizado, permanecendo fieis ao compromisso que a constituição oportuniza para defender interesses gerais.

O Procurador-Geral da República do Paraguai, Francisco Javier Diaz Verón, manifestou sua gratidão ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot e a toda a equipe do Ministério Público Federal do Brasil, agradeceu a acolhida e manifestou a importância da XXII REMPM com a presença da PGR da Venezuela Luisa Ortega como símbolo de persecução e fortalecimento do Ministério Público. Expressou sua solidariedade e reconhecimento com a Procuradora-Geral desse país.

Dr. Diaz Verón destacou a importância do papel que cumprem os Ministérios Públicos, representando a sociedade, tanto em relação aos direitos das vítimas como das pessoas submetidas a processos penais.

Manifestou que o cumprimento do trabalho incansável das procuradorias encontram-se barreiras que devem ser superadas, e que os MPs devem permanecer perto dos cidadãos.

O PGR do Paraguai manifestou que a situação que vive a PGR Luisa Ortega é um golpe à democracia e ao Estado de Direito e que ninguém está acima da lei, inclusive os governantes.

Em relação ao crime organizado, destacou a importância de combater a estrutura econômica dessas organizações, caso contrário, o poder delas tentará continuar interferindo nas pessoas para alcançar seu próprio benefício.

Nesse sentido, ressaltou a importância da criação de equipes conjuntas de investigação da Polícia e dos Ministérios Públicos, destacando o trabalho em zonas de fronteira.

Por sua vez, o Procurador-Geral da República Oriental do Uruguai, Jorge Diaz Almeida, manifestou que hoje é um dia muito especial por dois motivos: a última reunião do PGR do Brasil, reconhecido trabalhador incansável contra o crime organizado na América Latina e combate à corrupção; e a presença da

PGR da Venezuela com quem vem trabalhando há muito tempo no cumprimento de suas respectivas funções.

Manifestou que os Ministérios Públicos existem para investigar os crimes e delitos, devendo desenvolver essa função com autonomia e liberdade dentro dos parâmetros da constituição e da lei, como corresponde a um Estado de Direito, sem aceitar pressões ou entraves que impedem a persecução da delinquência.

Destacou que neste momento em que a informação é instantânea, é de muita importância a existência de instrumentos normativos internacionais que permitam o trabalho conjunto entre os países para que cumpram o papel dado pela constituição.

Ressaltou a defesa da autonomia das funções do Ministério Público, a importância da cooperação internacional e solicitou a aprovação dos acordos internacionais a esse respeito.

O Fiscal Nacional do Ministério Público da República do Chile Jorge Abbott Charme, destacou também a importância fundamental da autonomia e independência dos Ministérios Públicos para a materialização das normas de um Estado de Direito.

Manifestou que a PGR da Venezuela é um exemplo de conduta para os Procuradores Gerais, para a defesa da democracia e preservação das instituições, na luta pela manutenção de um Estado de Direito com um Ministério Público, autônomo e com poderes para exercer seu trabalho.

Ressaltou o compromisso com o povo e o sistema de direito e a responsabilidade dos Procuradores Gerais na materialização da defesa do respeito a constituição e da lei, requerendo a atuação coordenada dos Ministérios Públicos materializada em equipes conjuntas de investigação.

O Procurador Geral da República do Peru, Pablo Sanchez Velarde, afirmou que hoje é um dia histórico porque os Ministérios Públicos se unem e se fortalecem.

Os Mps se sentem mais fortes que antes e se unem para combater delitos que envolvem até mesmo altas autoridades de Estado.

Salientou que houve um grande crescimento da atuação dos Ministérios Públicos da Região na defesa da constituição, e do direito das pessoas. Não se pode permitir que se distorça a democracia com interesses ocultos.

O PGR peruano asseverou a necessidade dos Ministérios Públicos estarem unidos para combater os graves delitos que às vezes comprometem pessoas que integram o Estado.

Disse que nosso compromisso é seguir trabalhando com autonomia e liberdade a fim de combater ações de pessoas que tiveram envolvimento com ilícitos no crime organizado. Por fim, Dr. Sánchez Velarde enalteceu as investigações



conjuntas e o fortalecimento dos Ministérios Públicos.

A Procuradora-Geral da Venezuela ilegalmente destituída Luisa Ortega agradeceu a todas as delegações pela oportunidade de compartilhar com os colegas na REMPM, um momento tão importante para os Ministérios Públicos.

Manifestou também que ouvir tais palavras dão animo e maior compromisso na luta pela democracia, independência e justiça para Venezuela.

Manifestou que em seu país ocorreu a morte do direito. A instabilidade da região traz perigo em relação a luta contra a corrupção.

Mencionou a dissolução da Assembleia Geral que trouxe vulnerabilidade para a soberania popular, citou também o caso Odebrecht e a formação da Constituinte como expediente para perseguir, condenar e destruir qualquer cidadão que se constitua em adversário político.

Denunciou os casos de corrupção do governo venezuelano e os procedimentos ilegais. Ainda citou o desaparecimento de provas e a falta de investigação de temas como narcotráfico e terrorismo. Reiterou que a corrupção traz crise, insegurança, escassez de medicamentos e mantimentos, e aumentos de homicídios.

A Procuradora ressaltou que seguirá lutando e recorrendo ao mundo para denunciar a violação dos direitos humanos e o desaparecimento de pessoas.

Pede aos países que exijam do governo da Venezuela o respeito às leis, pois o povo segue sofrendo com a falta de alimentos básicos e medicamentos.

Também pediu que se aparelhassem contra o crime organizado já que a Venezuela é zona de trânsito do narcotráfico.

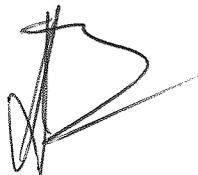
Clamou também pelo pronunciamento sobre a situação do Estado Venezuelano e incitou o povo a não perder a esperança, pois irão sair vitoriosos.

Por fim, agradeceu aos procuradores por permitir sua presença na reunião e disse que faz uso deste momento em prol do avanço da democracia, tolerância e paz na região.

A Lista de Participantes consta do **Anexo I**.

A Agenda consta do **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta do **Anexo III**.



Foram tratados os seguintes temas:

## 1. RESULTADOS DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA XXII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL

A PPTB apresentou os resultados da Reunião Preparatória da XXII REMPM e os avanços e atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a REMPM deu por aprovada a mencionada Ata que consta do **Anexo V**.

## 2. SECRETARIA GERAL PERMANENTE DA REMPM

O Procurador-Geral da República do Paraguai destacou os principais avanços das atividades desenvolvidas no âmbito da REMPM.

Destacou os avanços da página [www.rempm.org](http://www.rempm.org), novo site independente e autônomo criado no primeiro semestre do ano 2017, apresentou a criação da conta oficial na rede social Twitter (@REMPM\_Oficial), e a incorporação de um espaço para videoconferências (<https://meet.jit.si/rempm>) por meio de uma plataforma livre. Também a incorporação de uma biblioteca virtual cuja base de dados estará formada por monografias, ensaios, revistas jurídicas, textos de tratados internacionais e outros documentos de apoio, úteis a todos Ministérios Públicos.

Por último, em relação aos projetos apresentados para a identidade visual da REMPM confeccionados pelas delegações em observância do guia de identidade visual do MERCOSUR, regulamentada pela Dec. CMC N° 17/02 e a Res. GMC N° 16/16, os Fiscais e Procuradores(as) Gerais aprovaram por unanimidade a proposta da logo realizada pela Delegação do Uruguai (**Anexo VI**).

## 3. ACORDO QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS PARA A CRIAÇÃO DE EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

O Ministério Público do Chile apresentou a proposta de Nota Técnica Conjunta intitulada "*Nota Técnica sobre Equipos Conjuntos de Investigación para la ratificación del Acuerdo Marco de Cooperación entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados para la Creación de Equipos Conjuntos de Investigación*", elaborada na Reunião Preparatória a qual foi aprovada por todos os Procuradores-Gerais (**Anexo VII**).



As delegações aprovaram, igualmente, o Plano de Trabalho Estratégico da REMPM sobre constituição de equipes conjuntas de investigação.

Ademais, os Procuradores-Gerais discutiram a proposta de Declaração sobre o tema a qual foi aclamada por todos. **(Anexo VIII)**.

#### **4. SUBGRUPO DE TRABALHO EM COOPERAÇÃO JURÍDICA NAS FRONTEIRAS**

O Coordenador do Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica nas Fronteiras mencionou a sua criação em novembro de 2015 na Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL, a partir da Moção de Ponta Porã, assinada durante o Curso de Cooperação Internacional promovido pela Secretaria de Cooperação Internacional da PGR/Brasil, naquela cidade. A Moção de Ponta Porã foi assinada em prol da criação de um marco normativo para a cooperação jurídica e policial na fronteira por mais de 30 autoridades do MPF do Brasil, do MP do Mato Grosso do Sul/Brasil, do MP Paraguai, da Justiça Federal do Brasil, da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul/Brasil, do Poder Judiciário do Paraguai e da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil.

Em seguida, apresentou a proposta de recomendação a ser submetida ao GMC contendo recomendações normativas sobre a temática em análise, a qual foi aprovada por unanimidade pela REMPM.

O Projeto de Recomendação N° 01/17 "Aperfeiçoamento normativo da Cooperação Jurídica Internacional e Policial em Regiões de Fronteira", foi levado ao GMC para sua consideração **(Anexo IV)**.

A REMPM solicitou a Secretaria do MERCOSUL a tradução do Projeto de Recomendação ao idioma espanhol.

Finalmente, os Procuradores-Gerais dos Estados Partes e Estados Associados reconheceram e agradeceram ao Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Rodrigo Janot, pela sua atuação à frente da instituição nos últimos anos e as significativas mudanças efetuadas na cooperação jurídica, em especial, na luta contra a corrupção no Brasil e na região.

O Procurador-Geral Janot agradeceu as mostras de reconhecimento dos Estados Partes e Estados Associados.

#### **PRÓXIMA REUNIÃO**

A próxima Reunião da REMPM será convocada oportunamente pela PPT.



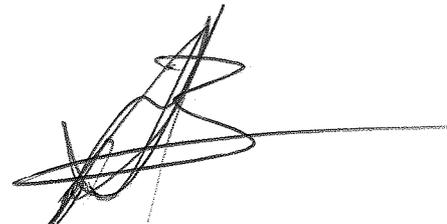
## ANEXOS

Os Anexos que fazem parte desta Ata são os seguintes:

<b>Anexo I</b>	Lista de Participantes
<b>Anexo II</b>	Agenda
<b>Anexo III</b>	Resumo da Ata
<b>Anexo IV</b>	Projeto de Recomendação N° 01/17 levado ao GMC
<b>Anexo V</b>	Ata N° 01/17 Reunião Preparatória da XXII REMPM
<b>Anexo VI</b>	Proposta da logo realizada pela Delegação do Uruguai
<b>Anexo VII</b>	Nota Técnica Conjunta sobre Equipos Conjuntos de Investigación
<b>Anexo VIII</b>	Declaração da REMPM



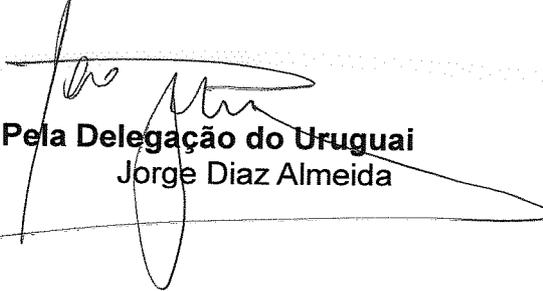
**Pela Delegação da Argentina**  
Alejandra Gils Carbó



**Pela Delegação do Brasil**  
Rodrigo Janot Monteiro de Barros



**Pela Delegação do Paraguai**  
Javier Diaz Verón



**Pela Delegação do Uruguai**  
Jorge Diaz Almeida